

Partidos, o Congresso e a reforma política

Homero de Oliveira Costa

Diário de Natal 02.03.2005

A recente (e deplorável) eleição de Severino Cavalcante para a presidência da Câmara dos Deputados, marcada, entre outras coisas, por acusações de compra e até mesmo “aluguel” de parlamentares, com troca-troca de partidos de última hora (foram 42 deputados que trocaram de partido apenas na primeira quinzena de fevereiro e já são mais de 130 na atual legislatura), talvez seja a expressão mais acabada da desqualificação da imensa maioria dos partidos políticos no Brasil.

Nessa eleição houve uma inegável desmoralização das direções e das lideranças partidárias. São 27 partidos, hoje, com representação no Congresso. Em sua maioria, são constituídos, basicamente, de um amontoado de oportunistas e fisiológicos (o chamado “baixo clero”) que se agrupam em determinados legendas para poderem barganhar vantagens pessoais em certas (e às vezes decisivas) votações.

Um dos exemplos mais claro dessa desqualificação me parece ser é o do PMDB – hoje transformado em partido com maior bancada no Congresso Nacional. Como disse recentemente a **Folha**, é “uma legenda que há muito se tornou um desconexo condomínio de líderes e agrupamentos para os quais a política consiste freqüentemente em extrair o máximo de vantagem do balcão da fisiologia e defender a todo custo ambições e interesses paroquiais” (“a mixórdia partidária”, Folha de S. Paulo, 19/02/2005).

A eleição de Severino Cavalcante teve pelo menos o mérito de recolocar em discussão a já desacreditada reforma política. O próprio presidente do PT, José Genoíno, depois da derrota de seu candidato, sugeriu que se reaja a essa “degradação ética e moral da vida política” (“A crise dos partidos”, Estado de S. Paulo, 20/02/2005).

Para José Genoíno “A exasperação de interesses individuais ou de grupos de políticos e parlamentares tem proporcionado a pulverização dos interesses dos

partidos e a proeminência de indivíduos e grupos sobre os coletivos partidários” Para ele “Muitos parlamentares privatizam os seus mandatos, transformando-os em pequenos empreendimentos de interesses específicos. Agem dentro dos partidos e nos parlamentos orientados por esses interesses privados, agredindo de forma grave o sentido e o conteúdo republicano que a ação política deve ter”. Genoíno defende, ainda, a necessidade imperiosa de uma reforma política, com a instituição do financiamento público das campanhas, as listas pré-ordenadas para as eleições legislativas e a fidelidade partidária.

Ora, se o PT tinha até pouco tempo a maior bancada da Câmara e uma base de apoio constituída por 362 parlamentares (inclusive o PP, de Severino Cavalcante), por que não conseguiu ainda aprovar essa reforma? O projeto de reforma política já circula há pelo menos 10 anos no Congresso, e tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Lula o tinham como prioridade de seus governos e ambos mesmo com maioria nas duas Casas (Senado e Câmara) não conseguiram aprová-la. Por isso, dificilmente o será este ano (o projeto que está na Câmara propõe, além do que foi defendido por Genoíno, o fim das coligações nas eleições proporcionais, a criação da federação de partidos e a instituição de uma cláusula de barreira).

E por que ainda não foi aprovada (e nem será, pelo menos em seu conjunto)? Por uma razão muito simples: não há interesse nem vontade política por quem de fato detém o poder (tanto nesse, como nos governos anteriores). E não é apenas por quem detém o poder, mas, também, por aqueles que, por razões óbvias, não se beneficiarão com a reforma: os que recebem fartos recursos privados em suas campanhas (para defenderem no Congresso os interesses de quem os financia), não votarão na proposta de financiamento público das campanhas; tampouco os oportunistas que usam as legendas votarão na fidelidade partidária, nem os pequenos partidos na instituição da cláusula de barreira. Esta, a propósito, foi criada em 1996 para ter validade a partir das eleições de 2006, e determina que só terão acesso ao fundo partidário e a propaganda gratuita na TV os partidos que obtiverem 5% dos votos em pelo menos 1/3 dos Estados.

Por todas essas razões, não creio que teremos, com esse Congresso que está aí, e os partidos nele representados, uma reforma política conseqüente, ampla e, quiçá, desejável para o país.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br